CAPÍTULO XX

O Fim da Revolução Cultural

A REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA está terminada. Depois da morte de Mao Tsé-tung e da tomada do poder por Hua Kuo-feng, apoiado na tecnoburocracia do Partido Comunista e do Estado, a extraordinária e contraditória experiência de socialismo libertário que foi a Revolução Cultural, foi suspensa. A tecnoburocracia estatal reassume todo o seu poder. A China reafirma sua característica de uma formação social predominantemente estatal. Mas isto não significa que o socialismo tenha se transformado em uma mera ideologia da classe dominante, como ocorreu na União Soviética. A China é uma formação em que o modo de produção estatal ou tecnoburocrático é dominante, mas na qual os traços muito claros do socialismo estão presentes. A herança de Mao Tsé-tung, as marcas da própria Revolução Cultural, a maior fidelidade aos ideais equalitários do marxismo, as bases ainda predominantemente camponesas da sociedade chinesa são provavelmente os principais fatores explicativos desta permanência de traços socialistas na formação social da China.

Quando, em 1976, escrevi as “Notas introdutórias ao modo tecnocrático ou estatal de produção”,¹ utilizei como base de referência para a caracterização desse novo modo de produção a União Soviética. Ali podíamos ver, de forma clara, este modo de produção baseado, ao nível das

¹ Em *Estudos CEBRAP*, n. 20, abr.-jun. 1977, e segunda parte deste livro.

relações de produção, na propriedade estatal, ou seja, na apropriação do Estado (único controlador dos meios de produção) por uma nova classe de tecnoburocratas, e, ao nível das forças produtivas, nas transformações do desenvolvimento tecnológico e administrativo-organizacional na variável econômica fundamental. Naquela época, entretanto, evitei referir-me à China, que vinha passando pelo extraordinário processo de crítica à burocracia que foi a Revolução Cultural. Realmente, era difícil tomar uma posição naquela época, apesar das contradições desse processo revolucionário conduzido por Mao Tsé-tung, e embora o processo já começasse a entrar em crise com a morte de Mao, com a derrubada do grupo dos quatro em outubro de 1976 e com a subida ao poder de Hua Kuo-feng.

Hoje, entretanto, aproveitando minha primeira viagem à China, e a partir de todos os acontecimentos destes três últimos anos, creio ser possível uma avaliação mais global, ainda que necessariamente provisória, da formação social chinesa.

Por outro lado, em seguida visitei a União Soviética, e na segunda parte deste artigo procurarei examinar essa formação social a partir das observações e leituras que realizei durante a viagem. Utilizei como quadro de referência a teoria sobre o modo tecnoburocrático ou estatal de produção que desenvolvi anteriormente. As hipóteses desenvolvidas nesse trabalho anterior foram em geral confirmadas, embora com algumas qualificações, especialmente no que diz respeito à estrutura de classes no sistema estatal. Não há dúvida sobre a existência de duas classes na União Soviética como na China, mas é preciso reconhecer que as diferenças de classes e a própria diferenciação entre trabalho manual e intelectual nessas sociedades são menores do que eu imaginava. O poder e o privilégio não se concentram na tecnoburocracia em geral, mas apenas em uma reduzida cúpula de tecnoburocratas autoritários e desenvolvimentistas.

Cabe ainda assinalar que, apesar das diferenças de nível de desenvolvimento e das diferentes heranças deixadas por Mao e Stalin, o primeiro sempre lutando contra a burocracia e o segundo como seu grande líder, as semelhanças entre as formações sociais da China e da União Soviética são muito grandes. A estrutura de classes, o relativo equalitarismo, a eliminação da miséria na China e de pobreza da União Soviética, o caráter planejado e estável da economia, as configurações urbanas equalitárias e harmônicas, a primazia ao desenvolvimento econômico, a prioridade para os bens de produção sobre os bens de consumo, o atraso dos sistemas de comercialização, a eliminação ou drástica redução da prostituição são

características comuns das duas sociedades, como também o regime político autoritário e centralizado, em que a democracia foi suprimida em nome da modernização acelerada e da igualdade econômica. Estas semelhanças decorrem do caráter predominantemente estatal e secundariamente socialista da formação chinesa e soviética.

* * *

Charles Bettelheim escreveu recentemente um livro de grande interesse, em que apresenta os motivos pelos quais se demitiu da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa.² Em síntese, sua posição é muito simples. Com a subida ao poder de Hua Kuo-feng e a posterior reabilitação do vice-primeiro ministro Teng Hsiao-ping, houve a tomada definitiva do poder pela tecnoburocracia chinesa, que Bettelheim chama, impropriamente, de "burguesia de Estado". A grande proposta da Revolução Cultural era exatamente a de assegurar a democracia direta, a democracia das massas, em todos os níveis de produção. Ao nível das empresas, das comunas e mesmo das cidades, como acontece com a comuna de Xangai, entre novembro de 1966 e fevereiro de 1967. Os administradores do partido e do governo, os tecnoburocratas, portanto, são então criticados em todos os níveis. Seu poder é substituído pelo dos comitês revolucionários, pelo debate de todos os problemas por todos os trabalhadores envolvidos. Jan Mirdal escreveu um livro sobre as conseqüências da Revolução Cultural ao nível de uma comuna, que mostra bem como era completa a participação dos trabalhadores e todas as decisões envolvendo a comuna e as brigadas de produção.³

Sem dúvida, a proposta da Revolução Cultural era uma proposta socialista, na medida em que era radicalmente equalitária e antiburocrática. A eficiência na produção e a adoção de técnicas modernas não foram abandonadas, como hoje afirma o governo chinês, mas não há dúvida de que a prioridade não estava no desenvolvimento das forças produtivas e, sim, na luta de classes, na eliminação dos burocratas, na melhor distribuição da renda, na crítica às formas autoritárias e hierárquicas próprias dos administradores profissionais. A alegação de que uma empresa ou uma comuna dirigida por administradores e técnicos especializados seria mais eficiente não era necessariamente contestada, mas desconsiderada, já que

² *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung*. Paris, Maspero, 1978.

³ *China, The Revolution Continued*. Nova York, Vintage Books, 1972.

o objetivo fundamental não era maximizar a produção e, sim, assegurar a gestão operária e camponesa. E a longo prazo argumentava-se que esta seria a forma mais eficiente, na medida em que contaria com o apoio e o entusiasmo de todo o povo.

A proposta da Revolução Cultural, entretanto, não era socialista na medida em que era profundamente autoritária ao nível da cúpula do sistema. Democracia identificava-se com autogestão, não com liberdade de opinião. Nesta área, a Revolução Cultural foi particularmente repressiva. Seus alvos eram, naturalmente, os intelectuais em sentido amplo, ou seja, os tecnoburocratas, os cientistas e os artistas, que estavam, de uma forma ou de outra, sendo prejudicados pela Revolução Cultural.

Esta proposta revolucionária cheia de contradições durou cerca de dez anos, de 1966 a 1976, mas em nenhum momento chegou a realizar-se plenamente. Mao Tsé-tung, que era seu principal líder, era também suficientemente realista para dar um passo atrás sempre que necessário. Ele e seu principal auxiliar, Chu En-lai, sabiam que a China não estava totalmente preparada para a realização de sua utopia. Sua visão e sua coragem levavam-no a prosseguir na luta. Sua imensa autoridade permitia-lhe mantê-la acesa mesmo contra os interesses da maioria dos quatro do partido. Mas sua habilidade e realismo faziam-no retroceder ou fazer concessões sempre que fosse necessário.

Depois de sua morte, quando Wang Hong-wen, Tchang Tchoven-kiao, Yao Wen-yuan e Kiang Tsing assumem o poder, eles eram os líderes do grupo radical a favor da Revolução Cultural dentro do governo e, portanto, do Partido Comunista Chinês. Mas se constituíam em efetiva minoria dentro do mesmo, como sua subsequente deposição demonstrou. Mao Tsé-tung tinha prestígio e poder suficientes para se opor aos interesses de classe de seus próprios dirigentes. Seus quatro seguidores obviamente não o tinham.

O período da Revolução Cultural foi um período de grande confusão política. Não foi, entretanto, um período de atraso econômico. Os dados de Bettelheim a respeito, ainda que necessariamente incompletos, são bastante claros de que a China, ao contrário do que afirma o governo chinês, continuou a se desenvolver rapidamente durante o período. Este desenvolvimento deveu-se, provavelmente, em parte ao entusiasmo e à mobilização do povo no início do processo revolucionário. Mas é preciso admitir que também deve ter-se explicado pelo fato de que a Revolução Cultural em nenhum momento alcançou toda a sociedade chinesa.

Embora a economia continuasse a funcionar, a Revolução Cultural acabou sendo derrotada. E o motivo fundamental para isto está no fato de que não havia, efetivamente, uma alternativa real para o modo estatal de produção, que então já era dominante.

* * *

Um regime político, no mundo moderno, é capaz de sobreviver na medida em que seja capaz de garantir a produção de um excedente de forma sistemática e crescente. O Estado, de mero garantidor da ordem aristocrática (Estado pré-capitalista) ou do mercado competitivo capitalista (Estado liberal), transformou-se no principal agente do desenvolvimento. A burguesia, enquanto classe dominante, pôde assumir o papel principal na elite dirigente do Estado, como aconteceu com a Alemanha de Bismarck, ou com o Brasil de Vargas. Uma nova classe tecnoburocrática, porém, sempre emerge também no seio do processo de industrialização e de criação de excedente. Quando a burguesia não tem condições de assumir poder, essa nova classe o faz em nome do desenvolvimento.

No mundo moderno, a partir do momento em que a Inglaterra realizou sua Revolução Industrial, o desenvolvimento, ou seja, a acumulação de meios de produção e a modernização das técnicas, implicando a produção sistemática e crescente de excedente, tornou-se um imperativo, seja porque em face aos estímulos externos os povos exigem padrões de vida crescentes, seja porque a independência nacional só pode ser assegurada a partir de uma base industrial sólida. A China não constitui exceção a esta regra. Seu desenvolvimento era e é uma condição de sobrevivência do regime político. E esta modernização só podia continuar a ser realizada pela tecnoburocracia chinesa. Só ela tinha condições de assegurar a reprodução e ampliação do sistema econômico. Só ela tinha condições de garantir a unidade da reprodução do sistema de relações sociais de produção e ampliação do sistema econômico. Só ela tinha condições de garantir a continuidade da reprodução do sistema de relações sociais de pro-cultural. Bettelheim acaba por reconhecer esse fato quando afirma que o movimento de massas, que foi a Revolução Cultural, não foi capaz de destruir as relações de produção vigente — porque “o sistema não podia ser destruído se não fosse substituído por uma outra forma de unidade”.⁴ Essa outra forma — a autogestão operária, a democracia direta das massas — precisa ainda ser desenvolvida. “Não se destrói verdadeiramente senão

⁴ *Questions sur la Chine, op. cit.*, p. 110.

aquilo que se substitui. Entretanto, essa nova forma de unidade não pode ser descoberta senão pelo próprio movimento social. Ela não poderia ser 'inventada' pela teoria".⁵

Ora, a autogestão operária e camponesa, ainda que seja o objetivo fundamental de qualquer proposta socialista real, não é viável de um dia para o outro. A experiência portuguesa recente mostrou este fato. A experiência chinesa da Revolução Cultural foi mais um ensaio do que uma realidade.

Nesses termos, a tecnoburocracia reassumiu a plenitude de seu poder com Hua Kuo-feng. Toda a sociedade chinesa foi desviada da preocupação com a luta de classes, o equalitarismo, a autogestão, a luta antiburocrática. Em seu lugar foi definido um objetivo fundamental: a modernização, o desenvolvimento econômico. Esta política foi chamada de "política das quatro modernizações": modernização da agricultura, modernização da indústria, modernização da defesa nacional, modernização da ciência e tecnologia. O socialismo foi definido como constituído de duas características: propriedade estatal dos meios de produção e remuneração a cada um segundo o seu trabalho. Conforme afirma Li Hon-lin, os princípios fundamentais do "socialismo científico" são dois: "primeiro, devemos persistir na propriedade pública dos meios de produção que promove o desenvolvimento das forças produtivas; segundo, devemos persistir no princípio socialista de a cada um segundo seu trabalho".⁶ A autogestão, a participação direta do povo no poder através de um sistema permanente de consultas em todos os níveis e o equalitarismo radical são esquecidos. A democracia é reduzida ao governo da maioria, cuja vontade seria assegurada por eleições secretas e gerais. Isto asseguraria o controle do Estado pelo povo. Como o Estado possui todos os meios de produção, socialismo e democracia estariam automaticamente assegurados através dessa manobra reducionista. O fato de se manter a ditadura do proletariado, a existência efetiva de um único partido e a repressão de qualquer movimento contra o governo, na medida em que este represente uma ameaça ao socialismo, são dados que não impedem o governo chinês de se autodefinir democrático. Na China prevalece oficialmente o "centralismo democrático", que tem como imperativos fundamentais a via socialista, a ditadura do proletariado, o papel dirigente do Partido Comunista e a fidelidade ao pensamento de Marx, Lenin e Mao.

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ "A que tipo de socialismo devemos aderirnos?" *Beijing Informa*, n. 24, 20 jun. 1979, p. 16-7.